

Brasília já sofre com a falta de saneamento

13 AGO 1989

DF

JULIO MOSQUERA

A capital brasileira, patrimônio histórico da humanidade, perde destaque para o Distrito Federal das milhares de pessoas em situação de vida precária. Em 29 anos de existência, a cidade de organização modelar pouco foi revista e hoje luta contra o colapso social. A infra-estrutura montada ainda na década de 50 atualmente está ultrapassada, enquanto a população continua crescendo em índices acima das expectativas. "O Governo Roriz tem uma plataforma prioritária para as reformas", fala o secretário de Comunicação Social, Renato Riella. E a corrida contra o tempo perdido, em que as invasões inchavam e a Brasília do Eixo Monumental recebia novas obras-primas.

O saneamento concebido para 500 mil pessoas no ano dois mil é revisto para servir a 2,5 milhões de habitantes. Samambaia continua a receber novos moradores e o sonho da água encanada e da rede de esgoto ainda não tem prazo determinado para se materializar. Antes será preciso concluir a duplicação do sistema do rio Descoberto, empreendimento por diversas vezes adiado, mas que agora finalmente terá construção iniciada.

"Trabalhamos com déficit de água, quando o normal é atuarmos com folga no abastecimento", explica o presidente da Caesb, Ulisses Assad. Um problema em qualquer um dos reservatórios causaria falta de água por muitos dias. A capacidade de tratamento de esgoto de Brasília é hoje para apenas 225 mil pessoas e o que observa-se é a poluição contínua do Lago Paranoá e outros mananciais, entre eles o córrego Mestre D'Armas em Planaltina, que esse ano

apresentou-se como um perigoso foco de esquistossomose.

Na primeira reunião do Governo Joaquim Roriz, conta Riella, desenhou-se um quadro de extrema negatividade. Aquele que seria um encontro para traçar metas virou um muro de lamentações, com avaliações desanimadoras dos diversos setores. O relatório da secretaria de Educação, Josephine Baiocchi, confirmou que 60 escolas precisavam imediatamente de reformas. Três delas foram, nos dias posteriores, ainda no mês de outubro, desativadas pelo Corpo de Bombeiros.

A necessidade de revisar a infra-estrutura básica do Distrito Federal deixa de lado a possibilidade de implantação de obras de vulto. O metrô, apontado por muitos como a grande solução para o transporte coletivo das cidades-satélites, e a ponte do Lago Norte são dois exemplos que estão fora dos planos de Roriz. O projeto de Oscar Niemayer para a ponte teria um custo final de 50 milhões de dólares e o metrô acarretaria o desembolso de uma quantia ainda maior.

A erosão é outro ponto nevrálgico de Brasília que recebe um tratamento curativo, ao invés do profilático. Ceilândia, Gama, Sobradinho e Samambaia experimentam grandes voçorocas (palavra de origem indígena significando terra rasgada) que poderiam ter sido facilmente evitadas com uma ocupação mais racional do solo. Os alertas foram feitos pelo Núcleo de Estudos Ambientais da Universidade de Brasília. A professora Maria Vilma Rabello, por exemplo, publicou há dez anos um trabalho que previa o crescimento das erosões.

Nesse semestre o GDF começou a atacar o problema de forma mais efetiva, com a liberação de recur-

sos da ordem de NCz\$ 10 milhões. Mas o diretor do Departamento de Programação e Controle de Obras Arthur Coelho de Mello, sabe que a questão é complexa e envolve uma série de medidas: "Temos que ter cuidado ao enfrentarmos a natureza da erosão", salienta. Não adianta combater o mal colocando "tampões" nos buracos.

Na área de saúde são notórios os casos de falta de condições de trabalho. O maior hospital de Brasília, o de Base, encontrava-se em situação crítica. Até a conclusão das obras de restauração devem-se gastar cerca de NCz\$ 15 milhões. A população da Ceilândia continua sendo assistida por um hospital de dimensões insuficientes, com equipamentos e estrutura precários. O Guará nem mesmo com isso pode contar.

Riella enfatiza que é no assentamento que o Governo Roriz mais concentra esforços. A remoção das famílias tem data limite em outubro desse ano, embora já se cogite um adiamento do prazo. Os migrantes, no entanto, desembarcam ainda em grande número e pretende-se combater o problema com a construção de um centro social, em fase atual de licitação. Só fica na cidade quem tem lugar certo para se instalar.

Apesar da remoção das favelas, a infra-estrutura do Distrito Federal não comporta o crescimento dos habitantes. O presidente da Caesb, Ulisses Assad, nem bem iniciou as obras no rio Descoberto e se preocupa em encontrar uma nova fonte de abastecimento: "Até 1995 teremos que realizar captação de água em outro local. Estamos estudando duas possibilidades, ou o rio São Bartolomeu ou o rio Areias", fala.

O fantasma do racionamento de água

No próximo dia 2 o governador Joaquim Roriz embarca para Washington, onde espera conseguir a liberação dos 107 milhões de dólares para as obras de duplicação do sistema de abastecimento do rio Descoberto. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) condicionou o empréstimo ao pagamento da contrapartida brasileira. Na semana passada, o GDF obteve da Seplan um aviso prioritário para o financiamento, o que significa que os recursos estarão à disposição da Caesb em pouco tempo.

A duplicação do rio Descoberto é uma medida discutida desde o governo passado, de José Aparecido. Ainda com um sistema de abastecimento idealizado na década de 50, Brasília vive constantemente sob o fantasma do racionamento. No período de estiagem (de maio a setembro) campanhas de economia de água são desencadeadas, mas não se mostraram suficientes para evitar a suspensão do fornecimento em algumas áreas, principalmente Sobradinho e Planaltina.

A perspectiva é de que em um ano e meio o Distrito Federal volte a operar com folga no abastecimento. A demanda crescente tem sido atendida com medidas de otimização do sistema, mas que já não conseguem evitar o iminente colapso. A inauguração da Estação de Tratamento de Água Mestre D'Armas, no próximo dia 19, irá ampliar em 80 litros por segundo o fornecimento a Sobradinho e Planaltina. Contudo, prevalece o esquema de contenção.

O programa de desenvolvimento operacional da Caesb, com reformas nos reservatórios R1 e R2,

também visa reduzir o desperdício de água. A iniciativa, entretanto, não é suficiente para a ligação da rede de abastecimento em Samambaia. Embora o presidente da Caesb, Ulisses Assad, afirma que a área onde se localiza a satélite seja estratégica, por se encontrar próxima ao rio Descoberto, as famílias assentadas terão que contentar-se provisoriamente com os chafarizes.

OCUPAÇÃO

"A Caesb veda a instalação de pessoas ao Norte de Brasília porque o setor já trabalha com o abastecimento no vermelho", esclarece

Ulisses. Ainda assim, o desembarque na Rodoferroviária continua intenso, apesar da inexistência de estrutura. E é com a perspectiva de uma população de três milhões de habitantes para o ano dois mil que Ulisses já pensa em explorar uma nova fonte de captação de água.

A discussão gira em torno do rio São Bartolomeu e do rio Areias. A Caesb defende o primeiro por estar dentro dos limites do Distrito Federal e, portanto, sobre o controle do órgão. "Não temos uma posição fechada. Iremos debater com a comunidade e posteriormente iniciaremos os estudos", salienta Ulisses.

Poluição também se agrava

A formação do Lago Paranoá foi concluída em 1959. Na época a capacidade de tratamento de esgoto sanitário de 225 mil pessoas apontava para um equilíbrio de demanda que só deveria ser revisto muitos anos depois. Mas o primeiro desastre ecológico veio em 1978. Um longo período de estiagem e uma sobrecarga na estação de tratamento Sul provocaram grande poluição, com a morte de milhares de peixes.

Nos últimos dez anos o quadro sofreu um agravamento ainda maior. A quantidade de esgoto lançada no Lago Paranoá cresceu de forma descontrolada e não foram adotadas medidas para sanear o problema. Com um meio

propício, a alga verde-azul *Microcystis* multiplicou-se em larga escala, contribuindo mais ainda para a poluição do lago.

Hoje, 600 mil pessoas despejam esgoto sem tratamento no local. As obras de depuração do Paranoá têm prazo para conclusão em fevereiro do ano que vem e de imediato, eliminarão as lagoas de oxidação. O presidente da Caesb, Ulisses Assad, justifica o adiamento do empreendimento pela falta de recursos: "Iniciamos sem toda a verba. Metade dos 20 milhões de dólares empregados na construção está sendo liberada agora em agosto pela Secretaria do Planejamento", afirma.